

celp
Mata

JORNAL DA TARDE

Bilhões em verbas estaduais retidas por Delfim

19 MAI 1983

Lendo da tribuna da Câmara documento sigiloso assinado pelos ministros Ernane Galvão, da Fazenda, e Delfim Neto, do Planejamento, e pelo ex-ministro Eliseu Resende, dos Transportes, o senador Fábio Lucena (PMDB-AM) acusou ontem o governo de reter indevidamente quase Cr\$ 15 bilhões pertencentes aos Estados e Municípios e que não foram repassados pela União.

O parlamentar amazonense condenou a retenção dos recursos, relativos ao exercício de 1980, sustentando que o governo "surripou" verbas dos Estados e Municípios. Acrescentou que, se a União lança mão dos recursos das unidades federativas, "deve explicar com que objetivos é feita a retenção".

O documento lido pelo parlamentar discrimina as origens dos recursos (impostos diversos, incluindo a Taxa Rodoviária Única) e propõe a destinação de verbas no Orçamento da União para o exercício seguinte, sob a alegação de falta de disponibilidade orçamentária, o que não foi aceito por Lucena.

O senador oposicionista assinalou que não se justifica que o governo possa incidir em erro insanoável como o apontado, "já que o repasse está previsto na Constituição".

Em aparte, o vice-líder governista Virgílio Távara (PDS-CE) informou que retenções desse tipo são em geral por "não ter caixa".

A exposição de Delfim

O porta-voz do Palácio do Pla-

nalto, Carlos Átila, disse ontem que o presidente Figueiredo "considera que o debate do ministro Delfim Neto ontem (anteontem) no Congresso Nacional foi importante".

Explicou que a importância decorre do uso de um mecanismo democrático de esclarecimento aos senadores acerca de aspectos que eles acharam importante debater com relação à política do governo na área financeira.

Contudo, o senador Álvaro Dias (PMDB-PR) afirmou ontem que Delfim Neto "apenas tergiversou sobre a opção de desenvolvimento via mercado interno". Segundo o senador paranaense, o ministro do Planejamento usou de suas conhecidas táticas de debates para contornar as perguntas que lhe foram dirigidas, "preferindo a escamoteação, o deboche e a postura presunçosa de quem não deve explicações a ninguém".

Por essa razão, o senador condenou a sistemática estabelecida no regimento interno da Casa para a convocação de ministros.

Na Câmara, em nome da liderança do PDT, o deputado Nadyr Rosseti (RS) condenou ontem, veementemente, os acordos firmados no Exterior pelo Banco Central do Brasil, sujeitando-se a fóruns internacionais, e disse estar pensando em pedir sessão secreta da Casa para examinar a questão.

Pela liderança governista, o deputado José Lourenço (PDS-BA) assinalou serem esses contratos, perfeitamente normais, não estando em jogo a soberania nacional.